

The logo graphic consists of four overlapping, rounded, wavy shapes in shades of orange and red, creating a stylized 'W' or 'M' shape. The text 'LeasePlan' is centered within this graphic in white.

LeasePlan

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2022**

www.leaseplan.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para O semestre E EXERCÍCIOS findos em 31/12/2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (“LeasePlan” ou “Instituição”) submete à apreciação de V.s.as o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Líder mundial em Carro-como-Serviço (*Car-as-a-Service*), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de aproximadamente 1,9 milhão de veículos nos mais de 30 países onde atua. Com 60 anos experiência mundial e mais de 20 anos no Brasil, temos muito orgulho em apresentar os nossos resultados gerados no exercício de 2022.

Em 2022 a LeasePlan demonstrou solidez nos resultados apresentando crescimento da receita e aumento no lucro líquido, mesmo com um ano ainda com efeitos da pandemia e cenário adverso na cadeia de suprimentos global afetando entrega e preços de veículos novos.

Isso demonstra a robustez da Instituição e sua estratégia com uma visão de longo prazo que busca atender em sua totalidade as necessidades dos clientes por serviços diferenciados, engajando as pessoas, promovendo uma cultura *customer centric* e visando a excelência operacional por meio da digitalização total de seus serviços.

O resultado do ano traduz-se pelo lucro líquido do exercício de R\$ 88.595 (2021 R\$ 46.556) e um aumento em nossas receitas de operações de arrendamento totalizando R\$ 415.026 (2021 R\$ 325.358).

O mercado automotivo ainda arrasta os efeitos das paralisações de produção de veículos causadas pela pandemia e pelo desequilíbrio da cadeia de suprimentos global com a escassez de semicondutores impactando assim a entrega de novos veículos no exercício de 2022, assim como seus preços.

Diante deste cenário seguimos fortificando o relacionamento com os clientes, priorizando suas necessidades e apoiando-os em todo o seu processo de renovação ou terceirização de frota.

Nossas melhorias na arquitetura tecnológica, anunciada pelo “*Next Generation Digital Architecture*”, vem apresentando resultados consistentes e promissores com aumento da utilização dos canais digitais, aprimoramento das camadas de atendimento junto aos clientes e disponibilização de soluções integradas entre si trazendo escalabilidade e agilidade nos nossos processos.

Tivemos mais de 15mil serviços sendo atendidos pela Lizy, nossa assistente virtual corporativa, que auxilia nossos condutores e gestores de frota no agendamento de manutenção de seus veículos e endereça todos nossos processos de encomendas e entregas de veículo zero e serviço de gestão de frotas.

Isso solidifica nossa agilidade nos serviços prestados e por consequência no aumento do índice de satisfação de clientes (*NPS- Net Promotor Score*).

Em nossa cadeia de operações todas as conexões e demandas efetuadas junto à nossa assistente virtual Lizy é integrada com o nosso Portal do Fornecedor, sistema que comunica de maneira eficiente com as concessionárias e oficinas parceiras da LeasePlan para realização do agendamento, aprovação e pagamento das manutenções dos veículos, e integra com nosso sistema de gerenciamento de frota MyFleet que fornece informação online aos gestores de frota.

A integração dessas ferramentas garante um processo robusto de ponta a ponta e assegura um serviço de qualidade.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 1% do lucro de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administração aprovou a distribuição de R\$ 885 de dividendos sobre o lucro líquido (em 2021 R\$ 467) e o restante foi registrado em Reserva Estatutária em 2022 de R\$ 83.280 (em 2021 R\$ 43.763).

Todos estes processos seguem um rigoroso padrão ético e regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos.

Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil e em dezembro de 2022 nosso índice de Basileia encerrou em 20% (em 2021, 21%).

Promovemos todos os cuidados necessários aos nossos colaboradores, seja na atuação do trabalho remoto, quanto no trabalho presencial, reforçando nossos investimentos em tecnologia para garantir o distanciamento social, a saúde e bem-estar de todos pois sem o seu suporte, não alcançaríamos os resultados do ano e a concretização dos nossos planos ambiciosos.

Destacamos que em 06 de janeiro de 2022 foi assinado, pelo Grupo LeasePlan, um Memorando de Entendimentos (*Memorandum of Understanding - MOU*) com a ALD e Sociéti Générale com o objetivo de criar um grupo líder global em mobilidade.

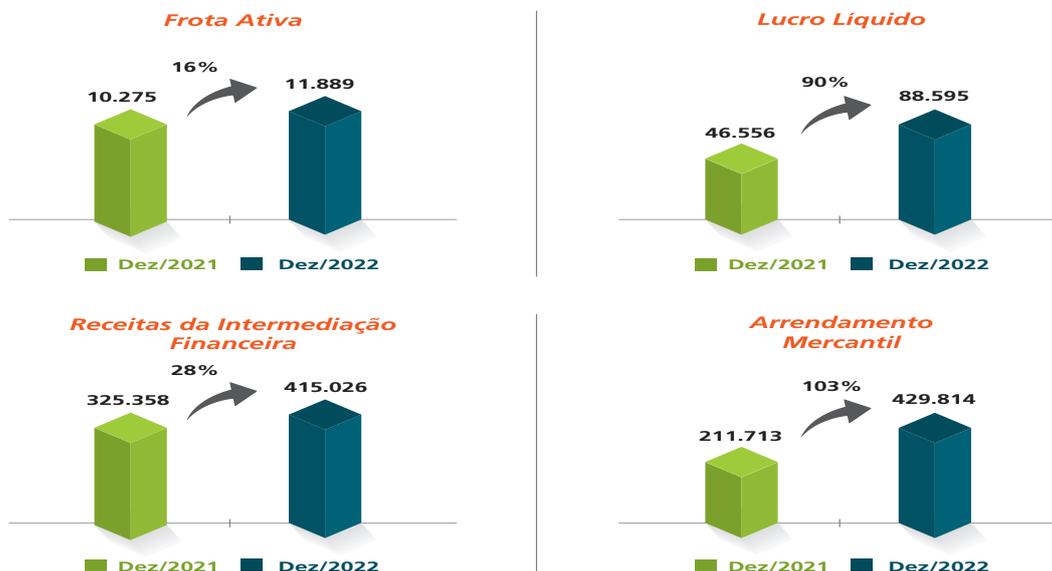
Em 22 de abril de 2022 foi assinado mais uma passo para a criação do maior *player* global líder de mercado - *Framework Agreement*.

Este acordo estrutural confirma os termos da transação divulgados no início deste ano.

É um passo fundamental que permite que as partes se preparem para a conclusão da transação.

No entanto, seguimos como empresas independentes e que competem entre si, respeitando as regras de concorrência e antitruste, até que se conclua o processo de compra. Entendemos que esta combinação de negócios resultará no que há de melhor das duas empresas com aprimoramento de entrega de serviços e soluções aos nossos clientes e parceiros e juntando os melhores talentos de ambos os negócios, impulsionando o crescimento, poder de compra, escalabilidade e eficiência operacional necessárias para a competição futura no mercado de mobilidade.

Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócio, colaboradores e principalmente aos nossos clientes.

DESTAQUES DO PERÍODO


BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	Dez/2022	Dez/2021
ATIVO			
Disponibilidades		21.969	17.823
Operações de arrendamento mercantil		1.027.018	741.539
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5.(a)	429.814	211.713
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5.(a)	(384.317)	(183.322)
Provisão p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.(a)	(3.378)	(763)
Imobilizado de arrendamento mercantil	7	984.899	713.911
Bens arrendados		1.131.528	845.010
Depreciações acumuladas		(146.629)	(131.099)
Outros ativos financeiros		102.682	39.153
Outros créditos	6.(a)	102.997	39.611
Prov. p/perdas assoc. ao risco de cré. em outros cré.	6.(b)/6.(a)	(315)	(458)
Ativos fiscais	6.(h)	16.168	18.591
Outros ativos	6.(c)	190.315	99.388
Bens não de uso próprio		150.806	76.065
Despesas antecipadas		39.509	23.323
Imobilizado de uso		4.460	3.063
Outras imobilizações de uso		5.348	4.395
Depreciações acumuladas		(888)	(1.332)
Intangível		1.493	1.604
Intangível		4.518	2.629
Amortização		(3.025)	(1.025)
TOTAL DO ATIVO		1.364.105	921.161
PASSIVO			
Passivos financeiros	8	870.184	501.730
Empréstimos no país		870.184	501.730
Passivos fiscais	10.(c)	21.516	53.613
Diversas	6.(d)	155.812	137.008
Provisões para contingências	9.(b)	4.166	4.092
Patrimônio líquido		312.427	224.717
Capital Social		91.561	91.561
País	11	72	72
Exterior	11	91.489	91.489
Reserva Legal		11.433	7.003
Reserva Estatutária		209.433	126.153
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.364.105	921.161

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Receitas da intermediação financeira	5.(b)	227.591	415.026	325.358
Receita com operações de arrendamento mercantil		170.856	317.542	266.578
Resultado na finalização de contratos		53.437	90.823	52.210
Receitas de prestações de serviços		3.298	6.661	6.570
Despesas da intermediação financeira	5.(b)	(156.598)	(281.335)	(192.766)
Operações de captações no mercado		(47.883)	(77.941)	(28.626)
Operações de arrendamento mercantil		(108.715)	(203.394)	(164.140)
Resultado bruto da intermediação financeira		70.993	133.691	132.592
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(3.466)	(2.472)	(1.040)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(3.466)	(2.472)	(1.040)
Outras receitas (despesas) Operacionais		(18.236)	(40.861)	(45.203)
Receitas de aplicações financeiras		564	1.027	218
Despesas de pessoal	6.(e)	(9.766)	(21.259)	(16.167)
Outras despesas administrativas	6.(f)	(7.767)	(15.181)	(11.280)
Despesas tributárias	10.(b)	(4.420)	(10.311)	(19.345)
Outras receitas operacionais	6.(g)	3.653	5.896	4.130
Outras despesas operacionais	6.(g)	(425)	(891)	(2.089)
Reversões/(constituição) de provisão para contingências	6.(g)	(75)	(142)	(670)
Trabalhistas		4	210	(29)
Fiscais		-	-	19
Cíveis		(79)	(352)	(660)
Resultado Operacional		49.291	90.358	86.349
Resultado antes da Tributação sobre o lucro		49.291	90.358	86.349
IR e CS sobre o Lucro	10.(a)	(18.537)	(1.763)	(39.793)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(22.107)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(17.686)
Ativo fiscal diferido		(18.537)	(1.763)	-
Lucro líquido do exercício / semestre		30.754	88.595	46.556
Quantidade de ações - em milhares		9.156.107	9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$		3,36	9,68	5,08

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Dez/2022	Dez/2021
Lucro líquido do exercício	88.595	46.556
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	88.595	46.556

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	91.561	4.676	82.390	-	178.627
Lucro Líquido do período	-	-	-	46.556	46.556
Constituição da Reserva Legal	-	2.326	-	(2.326)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(467)	(467)
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	43.763	(43.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.561	7.003	126.153	-	224.717
Lucro Líquido do período	-	-	-	88.595	88.595
Constituição da Reserva Legal	-	4.430	-	(4.430)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(885)	(885)
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	83.280	(83.280)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.561	11.433	209.433	-	312.427
Saldos em 01 de julho de 2022	91.561	9.895	181.102	-	282.558
Lucro Líquido do período	-	-	-	30.754	30.754
Constituição da Reserva Legal	-	1.538	-	(1.538)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(885)	(885)
Constituição da Reserva Estatutária	-	-	28.331	(28.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.561	11.433	209.433	-	312.427

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	2º semestre	Dez/2022	Dez/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	30.754	88.595	46.556
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	59.146	103.790	72.875
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.465	2.471	1.040
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	75	142	670
Despesas de juros	47.883	77.941	28.626
Lucro líquido ajustado	141.323	272.939	149.767
Aumento (redução) em ativos operacionais	(338.978)	(543.774)	(259.911)
Operações de arrendamento mercantil	(14.829)	(17.106)	(6.039)
Outros ativos financeiros	(17.951)	(60.963)	(36.920)
Outros ativos	(47.930)	(90.927)	(32.529)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(375.007)	(597.565)	(297.848)
Alienação de imobilizado de arrendamento	116.739	222.787	113.425
Aumento (redução) em passivos operacionais	24.635	(14.246)	49.758
Outros passivos financeiros	19.975	17.851	28.029
Passivos Fiscais	4.660	(32.097)	21.729
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(173.020)	(285.080)	(60.386)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	1.490	(2.842)	(6.650)
Alienação de imobilizado de uso	(25)	1.555	2.767
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	1.463	(1.287)	(3.883)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	-	-	(935)
Juros pagos	(50.636)	(75.987)	(34.853)
Empréstimos captações	1.052.030	1.742.812	846.520
Empréstimos amortizações de principal	(831.865)	(1.376.312)	(738.020)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	169.529	290.513	72.712
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.026)	4.146	8.442
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	23.995	17.823	9.381
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	21.969	21.969	17.823
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.026)	4.146	8.442

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com 60 anos de experiência no setor e presente em aproximadamente 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarca para empresas através da modalidade “Leasing Operacional”. A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2023.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação: As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão inclusos caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Operações de arrendamento mercantil: A carteira de arrendamento mercantil operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.977/21 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

(i) Arrendamentos operacionais a receber: Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional: Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber de juros e depreciação sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

(iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional: Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de arrendamento mercantil operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Esta metodologia difere para fins fiscais para a Rubrica de Bens Arrendados que a partir do ano de 2022 estamos considerando o critério de depreciação de 05 anos em conformidade com as regras da Receita Federal do Brasil de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Operações classificadas como nível “H” permanecem por até seis meses, após isso o saldo é baixado contra a provisão existente e controlada em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e para as operações renegociadas mantemos o registro no mesmo nível que estava classificada na data de sua renegociação. As operações de arrendamento mercantil operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência.

e. Imobilizado de uso: A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual a instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica imobilizado de arrendamento mercantil operacional.

f. Intangível: O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil-econômica de 36 meses.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos (impairment): Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC 01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica *Impairment*.

h. Ativos não financeiros mantidos para venda: São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente aos veículos de contratos terminados. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível).

- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado.

- **Obrigações Legais:** decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

j. Tributos: Calculadas as alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	16,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISSQN (a)	2,00%

(a) Considera a alíquota da cidade de Barueri - SP. A alíquota atual em vigor para a Contribuição Social é de 15. Entretanto, através da medida provisória nº 1.115/2022, dos períodos de agosto a dezembro de 2022 a alíquota vigente será de 16%, voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

k. Apuração do resultado: Em conformidade com o regime de competência, as despesas e receitas são reconhecidas na apuração de resultado do período a que pertencem. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

l. Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: perdas estimadas para contraprestações de arrendamentos operacionais, depreciação do ativo imobilizado de uso, provisões para contingências e avaliação de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) e provisões fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	21.969	17.823

Os saldos apresentados tratam-se de posições em conta corrente com liquidez imediata, portanto classificadas no curto prazo.

5 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL
a. Composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para contraprestações de arrendamento mercantil operacional

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos operacionais a receber	429.814	211.713
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(384.317)	(183.322)
(=) Total faturado	45.497	28.391
Valor presente - Arrendamentos operacionais a receber	382.001	187.988
Arrendamentos operacionais a receber - Curto Prazo	212.473	128.676
Arrendamentos operacionais a receber - Longo Prazo	217.341	83.037
(=) Total	429.814	211.713

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Carteira valor presente	Provisão
		31/12/2022	31/12/2021
AA	0%	262.897	135.854
A	0,5%	52.411	28.219
B	1%	44.306	5.004
C	3%	13.041	18.851
D	10%	2.612	60
E	30%	6.734	-
Total		382.001	187.988

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do período	(763)	(166)
(Constituição)	(2.615)	(597)
Saldo final do período	(3.378)	(763)

(i) Composição da carteira de arrendamento mercantil operacional por setor de atividade

Sector privado	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Pessoa Jurídica				
Indústria	38.027	84%	23.623	83%
Mineração	13.881	31%	951	3%
Tecnologia	429	1%	594	2%
Outras Indústrias	2.795	6%	2.649	9%
Engenharia	4.672	10%	3.867	13%
Automotiva	452	1%	101	1%
Alimentação	70	0%	3.688	13%
Elétrica	-	0%	652	2%
Química	15.728	35%	11.120	39%
Serviços e outros	3.061	7%	3.038	11%
Comércio	4.408	10%	1.729	6%
Total	45.497	100%	28.391	100%

b. Receitas e despesas de arrendamento operacional

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Arrendamento Mercantil	170.856	317.542	266.578
Resultado na Finalização de Contratos de Arrendamento (a)	53.437	90.823	52.210
Receitas de prestação de serviços	3.298	6.661	6.570
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	227.591	415.026	325.358
Despesas com Bens Arrendados			
Depreciação	(53.649)	(97.075)	(71.457)
Manutenção	(18.599)	(35.630)	(34.659)
IPVA e Despachantes	(19.826)	(38.594)	(31.150)
Seguros (b)	(14.470)	(27.743)	(23.389)
Despesas com Veículos Substituição	(1.226)	(2.358)	(2.343)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil (c)	(945)	(1.994)	(1.147)
Operações de arrendamento mercantil	(47.883)	(77.941)	(28.621)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	(156.598)	(281.335)	(192.766)
Resultado de intermediação financeira	70.993	133.691	132.592

(a) Referem-se as receitas apuradas na venda dos bens arrendados, receitas de multas em decorrência ao descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional e resultado de manutenção. (b) As despesas de seguros referem-se aos prêmios pagos às seguradoras relativos aos seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas. (c) Refere-se majoritariamente a provisão sobre as receitas apuradas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de vistoria veicular.

c. Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não tivemos nenhum evento relacionado à: (i) operação baixada para prejuízo; (ii) operação renegociada; e (iii) operação recuperada.

d. Concentração do risco do crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Dez maiores devedores	179.493	47.204
Demais devedores	202.508	140.784
Total	382.001	187.988

6. DETALHAMENTO DE CONTAS
a. Outros créditos - Curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços a Receber (a)	12.598	7.146
Repasses de Despesas (b)	5.178	4.637
Adiantamentos a fornecedores (c)	84.426	26.888
Outros (d)	795	940
Diversos	102.997	39.611

Provisão para perda associadas ao risco em Outros Créditos (e)

Total de Outros Créditos Diversos	102.682	39.153
--	----------------	---------------

(a) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já faturados aos clientes; (b) Referem-se às despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato; (c) Trata-se de pagamento antecipado para as montadoras para a aquisição de veículos. (d) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (*LeasePlan Global Procurement*); (e) Composto pelas perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização.

b. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco em outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(458)	(15)
(Constituição) / Reversão de provisão	143	(443)
Saldo no final do período	(315)	(458)

c. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Veículos pendentes de entrega (a)	130.088	63.894
Veículos disponíveis para venda	20.718	12.171
Bens não de uso próprio	150.806	76.065
Despesas antecipadas (b)	39.509	23.323
Total de Outros valores e bens	190.315	99.388

(a) Referem-se aos veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários. (b) Composto por veículos em processo de venda oriundos do retorno do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas.

d. Outros passivos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para despesas com frota de arrendamento (a)	74.425	83.735
Outras contas a pagar - fornecedores (b)	78.288	51.263
Despesa pessoal	1.747	1.544
Dividendos a pagar	1.352	466
Total	155.812	137.008

(a) Correspondem às provisões para futuros desembolsos como manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados que são de responsabilidade da LeasePlan, caso ocorram. (b) Correspondem, majoritariamente, a valores a pagar às concessionárias decorrentes de aquisição de veículos.

e. Despesas de pessoal

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(5.233)	(12.018)	(9.387)
Encargos sociais	(1.734)	(3.735)	(2.128)
Benefícios	(2.799)	(5.506)	(4.652)
Total das Despesas de Pessoal	(9.766)	(21.259)	(16.167)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
f. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de serviços de terceiros	(1.817)	(3.688)	(1.891)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.522)	(3.081)	(3.327)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(1.395)	(2.512)	(1.329)
Outras despesas administrativas (b)	(1.078)	(2.036)	(2.043)
Despesas de comunicação	(403)	(964)	(348)
Despesas de equipamento e manutenção	(495)	(857)	(756)
Despesas de aluguel	(439)	(847)	(793)
Despesas de escritório e predial (a)	(333)	(660)	(454)
Despesas de serviços de informática	(183)	(357)	(256)
Despesas de viagem	(87)	(151)	(42)
Despesas de transporte	(15)	(28)	(41)
Total de outras despesas administrativas	(7.767)	(15.181)	(11.280)

(a) Referem-se as despesas com materiais de escritório, água, luz, telefonia, entre outros custos relacionados ao funcionamento da sede da Instituição. (b) Refere-se a despesas com eventos, marketing, ações filantrópicas, entre outras despesas.

g. Outras receitas e despesas operacionais

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Receita de bônus (a)	377	1.048	887
Receita de avarias (b)	3.679	5.327	2.691
Resultado de outras operações (c)	(403)	(479)	552
Total de outras receitas operacionais	3.653	5.896	4.130
Descontos concedidos	(391)	(818)	(1.934)
Outros (d)	(34)	(73)	(155)
Total de outras receitas operacionais	(425)	(891)	(2.089)
Reversões/(despesas) de provisão para contingências (e)	(75)	(142)	(670)
Total	3.153	4.863	1.371

(a) Refere-se à bonificação concedida por concessionárias decorrentes do volume de contratos de aquisição e manutenção de veículos contratados pela LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (b) Refere-se ao ressarcimento de custos cobrados dos clientes na terminação dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional devido à entrega do ativo fora das conformidades estabelecidas em contrato. (c) Referem-se, majoritariamente, a provisões de acertos contratuais por quilometragem excedente ou aquém do contratado. (d) Referem-se, majoritariamente, a reversão de bônus e pagamento de comissões e despesas. (e) Referem-se, majoritariamente, a provisões de ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

h. Ativos fiscais - Curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a compensar (a)	16.168	18.591
Total	16.168	18.591

(a) Os montantes referem-se aos impostos (IR, CSLL, PIS e COFINS) a serem compensados futuramente.

7. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Imobilizado de arrendamento	Veículos
Custo	
Saldo em 31/12/2021	845.010
Aquisições	597.565
Baixas	(311.047)
Saldo em 31/12/2022	1.131.528
Depreciação	
Saldo em 31/12/2021	(131.099)
Despesa de Depreciação	(103.790)
Baixas	88.260
Saldo em 31/12/2022	(146.629)
Valor Contábil	
Saldo em 31/12/2021	713.911
Saldo em 31/12/2022	984.899

a. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment): A Administração, considerando a atual conjuntura econômico-financeira do mercado em que a Instituição está inserida, a experiência no gerenciamento e venda de veículos e nos valores de mercado (respaldados pela tabela FIPE descontando-se perdas e gastos históricos) revisa periodicamente o valor residual e a vida útil de sua frota e apura o valor recuperável dos veículos arrendados. Considera-se para apuração do valor em uso os valores de venda futura líquida estimada para cada veículo somados aos honorários de gestão de frotas descontados ao valor presente pela taxa média de captação dos empréstimos. Ao término da análise para o exercício não foi identificado nenhum indicativo de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos registrados em Bens Arrendados.

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS

São representados por contratos de cédula de crédito bancário (CCB) no montante de R\$ 411.684 no curto prazo e R\$ 458.500 no exigível a longo prazo de 31 de dezembro de 2022 e R\$ 411.730 no curto prazo e R\$ 90.000 no exigível a longo prazo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021. Possuem vencimentos até agosto de 2025, e estão sujeitos a encargos financeiros pré-fixados (taxa média simples de 14,77% a.a.) e pós fixados (taxa média simples de 1,61% a.a.) às taxas de

mercado vigentes na data de contratação.

	31/12/2022	31/12/2021
Pré-fixados		
Até 90 dias	92.876	172.922
De 91 a 365 dias	217.808	238.808
Acima de 365 dias	458.500	90.000
Total de Contratos Pré-Fixados	769.184	501.730
Pós-fixados		
Até 90	101.000	-
Total de Contratos Pós-Fixados	101.000	-
Total de Obrigações por Empréstimo no país	870.184	501.730

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Instituição apurou despesas de obrigações por empréstimos de R\$ 77.941 (R\$ 28.626 em 31 de dezembro de 2021).

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Instituição revisa periodicamente suas contingências, levando em consideração o parecer dos nossos assessores jurídicos, caso ocorra avaliação de perda de recursos financeiros para a liquidação das obrigações. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. As contingências estão classificadas como:

- **Prováveis:** são constituídas e reconhecidas integralmente como passivos contingentes no balanço patrimonial.
- **Possíveis:** a administração em conjunto com os assessores jurídicos analisa os processos possíveis e estima perdas que são reconhecidas como passivo contingente no balanço patrimonial.
- **Remotas:** não estão reconhecidas no balanço patrimonial.

a. Ativos contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição. Não existem ativos contingentes no período.

b. Provisões para contingências: A provisão para contingências é estabelecida principalmente de processos administrativos e judiciais inerentes ao curso normal dos nossos negócios e baseadas nas opiniões dos nossos assessores jurídicos, todos os processos estão distribuídos nas seguintes categorias: cíveis, trabalhistas e fiscais previdenciárias. Os passivos contingentes são provisionados quando passam a ser classificados como prováveis e possíveis e são quantificados pela melhor estimativa que permite a mensuração mais adequada, apesar das incertezas inerentes aos prazos ou valores.

	31/12/2021	Constituição/ atualização	Realização/ (reversão)	31/12/2022
Provável	3.564	285	(218)	3.631
Possível	528	7	-	535
Total	4.092	292	(218)	4.166
	31/12/2021	Constituição/ atualização	Realização/ reversão	31/12/2022
Cível	3.844	282	-	4.126
Trabalhista	248	10	(218)	40
Total	4.092	292	(218)	4.166

(i) Ações cíveis: O saldo é composto por ações de danos morais e materiais. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. As provisões são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Instituição tem uma obrigação presente, legal ou construtiva que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação.

(ii) Ações fiscais e previdenciárias: As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, pois trata-se de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente.

(iii) Ações trabalhistas: O saldo é composto por processo trabalhista que, de acordo com os assessores jurídicos da Instituição, é considerado como risco de perda possível e/ou provável. A ação é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

10. TRIBUTOS
a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	90.358	86.349
Ajustes para apuração de alíquota efetiva:		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (15%+10%+20%)	(36.148)	(34.540)
Acréscimos/ Decréscimos decorrentes de:		
Adições/Exclusões temporárias(a) / (b)	33.406	(4.459)
Adições/Permanente (c)	976	(794)
(=) Base de IR e CS a paga (d)	(1.763)	(39.793)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) As adições e exclusões temporárias são compostas por provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões de passivos contingentes, provisões para consultoria e provisões desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas e reversões de processos trabalhistas, depreciação contábil e depreciação fiscal. (b) No exercício de 2022 a LeasePlan Arrendamento Mercantil iniciou o processo de depreciação fiscal. Ao iniciar esta metodologia a Instituição obteve benefício fiscal resultando assim em uma base negativa de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. (c) As adições e exclusões permanentes são compostas por despesas indedutíveis, brindes, gratificações e resultado de venda dos bens arrendados refletindo os impactos da depreciação fiscal. (d) Existem créditos tributários não constituídos relacionados a prejuízos acumulados no montante de R\$ 745 em 2022 que podem ser compensados em exercícios futuros

b. Despesas tributárias

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de contribuição ao COFINS	(1.205)	(3.556)	(5.518)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(196)	(578)	(897)
Despesas de impostos sobre qualquer natureza - ISS (a)	(2.965)	(6.038)	(12.569)
Outras despesas tributárias	(54)	(139)	(361)
Total de despesas tributárias	(4.420)	(10.311)	(19.345)

(a) Decorrente a Lei Complementar nº 175/20, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISSQN") sobre as operações de arrendamento mercantil passou a ser devido no município de estabelecimento do tomador, porém os recolhimentos foram suspensos em decorrência da liminar deferida pelo STF via ADIN Nº 5835 e os valores provisionados mensalmente. O ISSQN será declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional e o mesmo está em desenvolvimento operacional junto as Associações e o Governo Federal.

c. Passivos fiscais - Curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Recolher	-	39.793
Imposto Diferido	1.763	-
Impostos Sobre Folha de pagamento	1.062	991
Impostos Sobre Faturamento	18.453	12.749
Impostos e Contribuições sobre Serviços	239	80
Total Obrigações Fiscais e Previdenciárias	21.516	53.613

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital social é representado por 9.156.106.923 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, composto como segue: A reserva legal foi constituída de acordo com o percentual de 5% conforme disposto na Lei 6.404/76. É obrigatório constituir 1% (um por cento) de dividendo mínimo do lucro líquido, em cada exercício social. O saldo do lucro líquido que resultar das deduções referentes à constituição da reserva legal e do pagamento de dividendos será colocado à disposição da Assembleia Geral.

12. PARTES RELACIONADAS

A Instituição define como partes relacionadas os Administradores, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo.

a. Remuneração do pessoal-chave: Ao pessoal-chave é atribuída remuneração anual, e não há distinção para os benefícios concedidos aos demais colaboradores. A remuneração do pessoal-chave da Administração, constituído por diretores e gerentes da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 11.958 (R\$ 7.163 em 31 de dezembro de 2021).

b. Transações com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas da Instituição são realizadas no curso normal dos negócios, e envolvem operações não relativas à atividade principal da Instituição. São gerenciadas a nível global por entidades designadas para tal que até dezembro de 2017 era gerenciada pela LeasePlan Supl. Services e a partir de janeiro de 2018 foi alterada pela LeasePlan Global Procurement e CarNext, sendo referentes a bônus por metas atingidas com fornecedores internacionais. O bônus a receber de partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 794 (R\$ 940 em 31 de dezembro de 2021), e está registrado no grupo de outros créditos no ativo.

13. LIMITES OPERACIONAIS

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Basileia	20,90%	21,28%
Patrimônio de Referência	310.934	223.113

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia, levando em consideração as margens frente ao Patrimônio de Referência.

Margem sobre Requerimentos	31/12/2022			31/12/2021		
	Limite exigido	Índice Basileia	Margem s/ índice de Basileia	Limite exigido	Índice Basileia	Margem s/ índice de Basileia
Capital Principal	4,50%	20,90%	16,40%	4,50%	21,28%	16,78%
Nível I	6,00%	20,90%	14,90%	6,00%	21,28%	15,28%
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	10,50%	20,90%	10,50%	10,50%	21,28%	10,78%

14. GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos pela Instituição está pautada nas melhores práticas de mercado, em linha com a normatização do Banco Central do Brasil e com as regulamentações da matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.), sujeita à regulamentação do Banco Central Holandês (*De Nederlandsche Bank*) e com base na utilização do modelo de gerenciamento do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e o modelo das três linhas de Defesa para Instituições Financeiras. Os processos de gestão de risco permeiam toda a Instituição e visam identificar e medir os riscos de natureza interna ou externa que possam afetar a nossa estratégia, impactando resultados, liquidez capital ou reputação da empresa. O processo de gerenciamento do risco conta com sistemas proprietários para assegurar um controle centralizado, comitês para definição de metas e limites, além de revisões periódicas independentes visando assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos localmente e pela matriz.

a. Risco operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de riscos operacionais feita pela Instituição tem como objetivo avaliar, mensurar e monitorar os eventos com a finalidade de evitar ou manter as perdas e riscos dentro dos limites estabelecidos além de garantir a aderência às práticas, diretrizes corporativas e à regulamentação vigente. O processo de controle é feito através de sistema proprietário visando garantir que o monitoramento seja feito de forma tempestiva mensurando e informando a administração das informações de risco bem como as eventuais perdas operacionais e planos de ação. A estrutura para gestão do risco operacional pela Instituição consiste em:

- Realização de comitês de riscos operacionais periódicos e fóruns específicos de controles internos e *compliance* nos quais periodicamente são apresentados os reportes acerca do monitoramento dos riscos assim como planos de ação e perdas relacionadas.
- Monitoramento contínuo e coleta de informações de eventos que causaram algum prejuízo ou perda operacional para a organização, bem como o reporte dos mesmos para a alta administração e a matriz na Holanda.
- Identificação de eventos que podem ocasionar uma perda financeira no caso de sua ocorrência e a possibilidade desses eventos acontecerem, bem como as causas que motivaram o acontecimento desse evento e os processos aos quais esses eventos estão relacionados.
- Revisão e alteração contínua de atividades e processos assim como implementação de controles para monitoramento de redução de perdas oriundas de risco operacional.

b. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) entre outros índices. A Instituição não possui operações sujeitas a variação cambial, operações que envolvam ações (suas negociadas em bolsa ou como portfólio para investimento de recursos), operações com instrumentos financeiros, derivativos e mercadorias com intenção de negociação. Dessa forma, a Instituição entende que não está sujeita diretamente aos riscos de perdas relacionadas a variação cambial, renda variável (ações ou *commodities*) e variação nas cotações de instrumentos financeiros. Em relação a riscos de mercado com operações inerentes aos negócios, o principal risco mensurado pela Instituição é o risco de perdas provenientes das operações sujeitas a variações nas taxas de juros. Para o risco de taxa de juros a Instituição adota uma análise periódica de Descasamento (ALM), monitorando a exposição dos fluxos de caixa por fator de risco e datas de vencimento principalmente representadas por operações de captação de recursos e sua aplicação nos contratos de *leasing* operacional. O monitoramento é reportado tempestivamente a alta administração e a matriz e segue política de operar dentro de limites reduzidos de descasamento estabelecidos de acordo com normativos institucionais. Bem como realizamos análise de sensibilidade para as operações sujeitas às variações de mercado. Em nossa análise utilizamos as variações sujeitas aos cenários: (1) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 1 *b.p.* de nossa carteira de bancos; (2) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 25 *b.p.* da nossa carteira de bancos; e (3) no qual sensibilizamos a taxa CDI em 50 *b.p.* da nossa carteira de bancos. Nos cenários a seguir sensibilizamos a carteira conforme os cenários apresentados acima (1), (2) e (3), no quais apresentamos as valorizações ou desvalorizações das taxas de mercado e os reflexos em nossas posições patrimoniais e de resultado:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Índices/ Saldo em exposição	31/12/2022	Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3	
	Saldo	1%	-1%	25%	-25%	50%	-50%
CDI	13,65%	13,66%	13,64%	13,90%	13,40%	14,15%	13,15%
Arrendamento a receber	596	-	-	2	(1)	3	(3)
Empréstimos no país	101.000	10	(10)	252	(253)	505	(505)
Base contas a Receber	596	678	678	679	676	681	675
Base de Empréstimo	101.000	114.796	114.776	115.039	114.534	115.291	114.281
Base contas a Receber - Juros	81	81	81	83	80	84	78
Base de Empréstimo - Juros	13.787	13.797	13.776	14.039	13.534	14.291	13.281

c. Risco de crédito: Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de crédito aplicável à subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de clientes (*rating* interno). Através deste sistema e dos reportes contínuos ao comitê de crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano à imagem e reputação da Instituição. Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de arrendamento mercantil operacional a Instituição considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisão adequado. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar.

d. Risco de ativo: O risco de ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional. Tendo como principal atividade o arrendamento mercantil operacional de veículos, os riscos inerentes a esse tipo de ativo são os mais relevantes para a Instituição no Brasil e no mundo. A estrutura para gestão e controle do risco de ativo pela Instituição consiste em:

- Comitês de riscos de ativos trimestrais compostos por área independente das áreas de negócio;
- Avaliações tempestivas dos valores estimados em comparação com os atuais de mercado dos veículos arrendados presentes em carteira;
- Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplos: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros;
- Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos;
- Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos;
- Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificados desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil Operacional;
- Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atuais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais. As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas a matriz trimestralmente, as possíveis exposições contingentes são reconhecidas sob a rubrica *Impairment* (nota 3.g).

15. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, os resultados divulgados pela Instituição são recorrentes, não havendo resultados não recorrentes para o semestre e exercício findos apresentados.

16. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966

Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Leaseplan elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31/12/22.

DIRETORIA

Fabio Costa
CEO
Gustavo Alves Jordão
CFO

CONTADOR

Daniel Novo Rodrigues
Contador - CRC 1SP 296652/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Instituição, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9